

Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente nº 2444B-033-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Administrador da
Cinergy Comercializadora de Energia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cinergy Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cinergy Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de compra e venda de energia. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.713	3.061	Fornecedores	8	1.281	836
Contas a receber de clientes	5	1.344	2.861	Empréstimos e financiamentos	11	2.782	3.346
Valor justo dos contratos de energia	6	-	4.775	Impostos e contribuições a recolher		10	21
Impostos a recuperar	9	3.150	2.965	Impostos parcelados		65	53
Total do ativo circulante		<u>6.207</u>	<u>13.662</u>	Valor justo dos contratos de energia	6	-	4.775
				Total do passivo circulante		<u>4.138</u>	<u>9.031</u>
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	9	103	133				
Outros créditos	10	3.400	3.400	NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	7	2.408	2.408	Empréstimos e financiamentos	11	-	2.778
Total do ativo não circulante		<u>5.911</u>	<u>5.941</u>	Impostos parcelados		129	154
				Total não circulante		<u>129</u>	<u>2.932</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12.a)	11.950	11.950
				Reserva de lucros		(4.099)	(4.310)
				Total do patrimônio líquido		7.851	7.640
TOTAL DO ATIVO		<u>12.118</u>	<u>19.603</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.118</u>	<u>19.603</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	11.225	14.806
CUSTO DA ENERGIA COMPRADA	14	(10.664)	(13.824)
LUCRO BRUTO		<u>561</u>	<u>982</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	14	<u>(32)</u>	<u>(16)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	15	(790)	(1.965)
Receitas financeiras	15	<u>551</u>	<u>942</u>
		<u>(239)</u>	<u>(1.023)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>290</u>	<u>(57)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16	(49)	-
Diferidos	16	(30)	20
LUCRO/(PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>211</u>	<u>(37)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCÍCIO	211	(37)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>211</u>	<u>(37)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		(Prejuízos) acumulados	Total
	Subscrito	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (não-auditado)	11.950	11.950	(4.273)	7.677
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	(37)	(37)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	11.950	11.950	(4.310)	7.640
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	211	211
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11.950	11.950	(4.099)	7.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) do exercício		211	(37)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social	16	(49)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	1.517	7.619
Impostos a recuperar	9	(155)	(43)
Adiantamentos		-	2.202
Outros créditos	10	-	640
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	8	445	(1.597)
Impostos e contribuições a recolher		38	(194)
Impostos parcelados		(13)	(20)
Outras obrigações		-	(5)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>1.994</u>	<u>8.565</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos	7	-	(307)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(307)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(3.342)	(5.885)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(3.342)	(5.885)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.348)</u>	<u>2.373</u>
Saldo no início do exercício		3.061	688
Saldo no final do exercício		1.713	3.061
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.348)</u>	<u>2.373</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CINERGY COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. (“Empresa”) é uma empresa limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 06 de outubro de 2009, e tem por objeto a comercialização de energia elétrica, em todas as formas e modalidade no âmbito do setor elétrico.

A Matrix Energy S.A., na qualidade de controladora da Cinergy Comercializadora de Energia Ltda., possui o compromisso de garantir as operações da Cinergy disponibilizando os recursos financeiros necessários para apoiar a Empresa em todas as circunstâncias relevantes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis da Empresa, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Valor justo dos contratos de energia - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo, referentes aos saldos das operações de trading;
- Nota Explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo; e
- Nota Explicativa nº 16 - Tributos diferidos - principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para análise da recuperabilidade dos prejuízos fiscais acumulados.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente e receitas financeiras

Receita de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando o controle da energia ou serviços é transferido para a entidade adquirente e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Componentes de financiamento

A Empresa não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência da energia elétrica ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Empresa não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro.

b) Ativos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação e investimentos patrimoniais para os quais a entidade optou por não reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.
- Compromissos futuros assumidos por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica, classificados contabilmente como "Valor justo de contratos de energia" (Nota Explicativa nº 6).

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Empresa ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Empresa não possui investimentos em títulos de dívida nos exercícios ora apresentados.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado.

Impairment

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, quando aplicável, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

c) Valor justo dos contratos de energia

A Empresa possui um portfólio de contratos de compra e venda de energia para atender a demanda e as ofertas do mercado de energia no ambiente de contratação livre (ACL). Tais contratos são contabilizados como instrumentos financeiros a valor justo e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa na rubrica de "Valor justo dos contratos de energia", na data em que o contrato é celebrado e são remensurados ao valor justo na data do balanço.

O valor justo desses contratos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base, resultante de um saldo ativo ou passivo no balanço. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo dos contratos de energia (Nota Explicativa nº 6).

d) Contas a Receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subseqüentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. Na prática, pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo não superior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Da mesma forma, em decorrência das características das contas a receber e ausência de histórico de inadimplência, nenhuma provisão para perdas esperadas e/ou incorridas foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e) Provisões e contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

f) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

(iii) Compensação de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos correntes e diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

h) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor diferente do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e/ou Conselho de administração.

k) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação. A Empresa não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3.1. Novas normas e interpretações adotadas no exercício corrente

Listamos a seguir as normas contábeis que foram publicadas a partir de 1º de janeiro de 2023:

a) Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (*).

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(*) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

- b) Com vigência a partir de 1o de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;

Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*.

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores.

- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*".

A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	195	237
Aplicações financeiras (i)	1.518	2.824
Total	<u>1.713</u>	<u>3.061</u>

(i) As aplicações financeiras consistem em operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média 90% (100% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com os contratos firmados pela Empresa e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos. Dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Faturados – Partes relacionadas	-	2.005
Não faturados – Partes relacionadas	612	-
Não faturados (i)	<u>732</u>	<u>856</u>
Total do Contas a receber	<u>1.344</u>	<u>2.861</u>

(i) Composto pelas provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazos de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro e faturado no mês subsequente.

A Empresa não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado regulado em que atua, não possui saldos vencidos a longa data e possui garantias contratuais para algumas operações, sendo assim a administração da Empresa entende não haver a necessidade de constituição de provisão para perdas com seus recebíveis. As contas a receber da Empresa, tanto os faturados quanto não faturados, são majoritariamente de curto prazo (em até dois meses).

A variação do contas a receber deve-se à finalização do suprimento de contratos de compra e venda de energia firmados anteriormente em nome da Cinergy. Isso deve-se ao fato de que, com base na estratégia da administração, novos contratos de compra e venda de energia estão sendo firmados em nome de outra empresa do grupo. Ele deve-se à diminuição da receita, custo e contas a pagar (fornecedores) – Notas Explicativas nºs 8, 13 e 14.

6. VALOR JUSTO DOS CONTRATOS DE ENERGIA

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes.

<u>Instrumentos financeiros (contratos futuros)</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ganho temporário – circulante	-	4.775
Perda temporária – circulante	-	(4.775)
Instrumentos financeiros líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2023. A Empresa tinha contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2023 e prazo médio total de 0,7 anos.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

7. INVESTIMENTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	<u>2.408</u>	<u>2.408</u>
Total	<u>2.408</u>	<u>2.408</u>

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu 62 novas ações da BBCE – Balão Brasileiro de Comercialização de Energia no valor de 130 e em 9 de dezembro de 2022 adquiriu 84 ações no valor de 177, não houve variações no ano de 2023. O montante está registrado a valor de custo.

8. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores referem-se a operações de compra de energia, cujas entregas ocorrerão no próximo evento de liquidação da CCEE.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores de Energia	21	-
Fornecedores de Energia a faturar - Partes relacionadas (i)	1.260	836
Total de Fornecedores	<u>1.281</u>	<u>836</u>

(i) Composto por provisões para compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia ocorreu até a data do balanço e o pagamento da fatura ocorreu no mês subsequente.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ/CSLL a Recuperar	3.085	2.930
INSS a Recuperar	125	125
ICMS a Recuperar	42	42
Outros Impostos a Recuperar	1	1
Total Impostos a Recuperar	<u>3.253</u>	<u>3.098</u>
Curto Prazo	3.150	2.965
Longo Prazo	103	133

10. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Matrix Energy Participações S.A. (i)	3.400	3.400
Total de Outros créditos	<u>3.400</u>	<u>3.400</u>

(i) Refere-se ao montante residual a receber pela operação de compra da Cinergy Comercializadora realizado pela Matrix Energy conforme contrato de compra e venda firmado em junho de 2019. A Cinergy possuía um montante a receber de uma de suas controladas que foi deduzido do contrato de compra e venda da Empresa através de instrumento particular de cessão de direitos creditórios.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui os seguintes empréstimos bancários destacados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimo – Banco ABC III	2.782	6.124
Total de Empréstimos e financiamentos	<u>2.782</u>	<u>6.124</u>
Curto Prazo	2.782	3.346
Longo Prazo	-	2.778

A Empresa possui empréstimo na modalidade de cédula de crédito bancário-capital de giro, com vencimento mensal e são variáveis entre 24 e 60 parcelas. Os juros são pós-fixados e pagos mensalmente. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios.

Os contratos de empréstimos da Empresa possuem cláusulas com algumas hipóteses de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa encontra-se em conformidade (“*compliance*”) com as cláusulas restritivas.

Os contratos de empréstimos possuem algumas garantias:

- 1) Garantia complementar do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI;
- 2) Garantia fiduciária; e
- 3) Contrato de fiança emitido pela acionista do grupo.

A Empresa não realizou novas captações de recursos de terceiros no ano 2023 tendo realizado somente a quitação dos montantes contratados em períodos anteriores conforme mapa de movimentação apresentado a seguir:

	<u>2022</u>	<u>(+) Captações</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>2023</u>
Empréstimo - Banco ABC III	6.124	-	(3.342)	2.782
Total	<u>6.124</u>	<u>-</u>	<u>(3.342)</u>	<u>2.782</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 10 de junho de 2022, foi concluída a transação e assinado o acordo de acionistas que celebra a entrada da Prisma Capital por meio dos seus fundos PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE (“PCSII”) e PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE (“PSS”) no Grupo Matrix Energia. Sendo assim, a Matrix Energy Participações S.A. continuou mantendo suas quotas que representam 99,99% das quotas da Cinergy Comercializadora.

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 11.950.232, sendo totalmente integralizado no valor de R\$1,00 (um real) cada quota, conforme composição a seguir:

	%	Quantidade	Valor - R\$
MATRIX Energy Participações S.A.	99,99999%	11.950.231	11.950.231
MATRIX Holding de Energia Ltda.	<u>0,00001%</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>100%</u>	<u>11.950.232</u>	<u>11.950.232</u>

Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa acumulou prejuízos no valor de R\$ 4.099 (R\$ 4.310 em 2022).

b) Distribuição de lucros

Nos anos de 2023 e 2022 a Empresa não realizou distribuição de dividendos.

13. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de venda de energia	8.722	12.910
Receita de venda de energia – Partes relacionadas	3.636	-
Varição do valor justo dos contratos de venda energia	-	3.616
(-) Impostos sobre venda de energia	<u>(1.133)</u>	<u>(1.720)</u>
Total	<u><u>11.225</u></u>	<u><u>14.806</u></u>

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compra de energia para revenda	-	(1.805)
Compra de energia para revenda - Partes relacionadas	(11.751)	(9.811)
Varição do valor justo dos contratos de compra energia	-	(3.616)
(-) Impostos Sobre Compras	1.087	1.409
Serviços de terceiros	(23)	-
Impostos e Taxas Diversas	(8)	(15)
Outras receitas (despesas)	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
Total	<u><u>(10.696)</u></u>	<u><u>(13.840)</u></u>

Classificados na demonstração do resultado como:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo da energia comprada	(10.664)	(13.824)
Despesas administrativas e gerais	<u>(32)</u>	<u>(16)</u>
Total	<u><u>(10.696)</u></u>	<u><u>(13.840)</u></u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	434	122
Variação monetária e cambial ativa	144	292
Ganho com instrumento derivativo SWAP	-	543
(-) Impostos s/ receitas financeiras	<u>(27)</u>	<u>(15)</u>
	551	942
 Despesas financeiras		
Juros pagos	(787)	(1.317)
Perda com instrumento derivativo SWAP	-	(640)
Despesas bancárias	<u>(3)</u>	<u>(8)</u>
	(790)	(1.965)
 Resultado financeiro	<u><u>(239)</u></u>	<u><u>(1.023)</u></u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação vigente. A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	290	(57)
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
 (=) Tributos calculados à alíquota nominal	(99)	19
 Exclusões/adições permanentes	20	1
	<u>(79)</u>	<u>20</u>
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(49)	-
Diferidos	(30)	20
	<u>(79)</u>	<u>20</u>
 Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	27%	35%

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros.

Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos, isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada:

- § Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;
- § Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em Empresas de pequeno porte;
- § Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições.

Para mitigar esses riscos a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia, caução, reputação e conhecimento técnico dos sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Empresa detentora da posição, fazem reduzir seu valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa. A Empresa considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

b) Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos ou custo amortizado, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	2023	2022	Mensuração a valor justo
<u>Mensurados a valor justo por meio do resultado</u>			
Valor justo dos contratos de energia (ativo)	-	4.775	Nível 2
Valor justo dos contratos de energia (passivo)	-	(4.775)	Nível 2
Instrumentos financeiros não realizados - vendas de energia (resultado)	-	3.616	Nível 2
Instrumentos financeiros não realizados - compras de energia (resultado e Pis e Cofins)	-	(3.616)	Nível 2
<u>Custos amortizado (ativos financeiros)</u>			
Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa nº 04)	1.713	3.061	
Contas a receber (Nota Explicativa nº 05)	1.344	2.861	
Outros créditos (Nota Explicativa nº 10) – Partes relacionadas	3.400	3.400	
<u>Custos amortizado (passivos financeiros)</u>			
Fornecedores (Nota Explicativa nº 08)	(1.281)	(836)	
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	(2.782)	(6.124)	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 a), o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- § Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- § Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

§ Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

18. PARTES RELACIONADAS

	2023		2022	
	Matrix Energy	Matrix Comerc.	Matrix Energy	Matrix Comerc.
Ativo circulante				
Contas a receber (Nota Explicativa nº 05)	-	612	-	2.005
Valor justo dos contratos de energia (Nota Explicativa nº 06)	-	-	-	4.775
Ativo não circulante				
Outros créditos - Matrix Energy (Nota Explicativa nº 10)	3.400	-	3.400	-
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota Explicativa nº 08)	-	1.260	-	836
Valor justo dos contratos de energia (Nota Explicativa nº 06)	-	-	-	(4.775)
Receita líquida de vendas (Nota Explicativa nº 13)				
Receita líquida	-	3.636	-	-
Custo da energia comprada (Nota Explicativa nº 14)				
Custo da energia comprada	-	(11.751)	-	(9.811)

A Empresa não efetuou pagamentos referentes a remuneração da administração em 2022 e 2023.

19. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Em 2023 e 2022 a Empresa não registrou operações que não afetam caixa.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2024.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins), em cobranças que serão divididas entre os níveis: i) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo) e; ii) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA.

O período de transição para o novo modelo tributário deverá ocorrer de forma gradativa e com etapas distintas até a sua conclusão. Para o exercício de 2024, a Empresa acompanhará as publicações das Leis Complementares e Ordinárias, para que possa se adaptar as novas regulamentações propostas, bem como, avaliar os impactos em suas operações.

* * *